

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE INDUSTRIAL

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

III - Cidade Industrial

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

CIDADE INDUSTRIAL

CONFERÊNCIAS

pág. 7

La Industria en la Historia de las Ciudades Medias Españolas: Una Reflexión Espacial

Gonzalo Andrés López

pág. 29

Cidade Industrial

Jorge Fernandes Alves

COMUNICAÇÕES

pág. 37

A fábrica de curtumes de José Maria Leite no Casal ou Quinta de Vila Verde (S. Sebastião e Urgezes, Guimarães): resultado de duas intervenções arqueológicas

Andreia Silva

pág. 65

A cidade a partir do edifício: narrativas urbano-edilícias na cartografia histórica de Belém (1886 a 1912)

Celma Chaves, Rebeca Dias

pág. 89

Cidade Industrial e o Mercado de Trabalho em pequenos Municípios no Brasil

Denis Cereja dos Santos, Silvio Roberto Stefano, Edgar Gandra

pág. 109

A Beira do Cais: Trabalho e Cotidianidade entre os Portuários de Rio Grande-RS e Lisboa-PT

Edgar Ávila Gandra, Silvio Roberto Stefano

pág. 113

O largo da Mumadona. História, desenho e evolução da sua importância na estrutura urbana de Guimarães

Eduardo Fernandes

pág. 135

Porto: a cidade industrial e o sistema portuário

Elsa Pacheco, Jorge Fernandes Alves

pág. 157

“Pela Creche!” As dinâmicas sociais em torno da proteção da prole infantil, na sede de concelho de Vila Nova de Gaia, na viragem para o século XX

Eva Baptista

pág. 187

A modernidade urbana em corpos adestrados: o futebol no ritmo (e nas contradições) da industrialização

Gilmar Mascarenhas

pág. 209

Vila Nova de Gaia, a “Southwark do Porto” nos primórdios da época industrial

J. A. Gonçalves Guimarães

pág. 241

Dinâmicas industriais corporativas e sociais em Guimarães: anos 50 e 70 do século XX

José Mano Torres

pág. 261

Do lugar à cidade da Trofa - Um século de industrialização

José Pedro Maia Reis

pág. 291

Caminhos da Modernidade: a Cidade de Belém-Pará-Brasil sob os Signos de um Tempo Acelerado

Leticia Souto Pantoja

pág. 323

O Centro Urbano de Vila Nova de Gaia em Finais de Oitocentos

Licínio Santos, Maria de Fátima Teixeira

pág. 351

Aveiro: a cidade e a indústria na primeira metade do séc. XX

Manuel Ferreira Rodrigues

pág. 375

Políticas higienistas e de saúde pública e o seu impacto na vida económica da cidade do Porto: 1930-60

Maria da Luz Sampaio

pág. 397

O impacto da indústria dos plásticos no desenvolvimento da cidade de Leiria

Maria Elvira Callapez, Sara Marques da Cruz, Guilherme Francisco

pág. 429

O Comércio e a Evolução Espacial das Áreas Centrais das Pequenas Cidades. O caso de Portalegre

Miguel Castro

pág. 459

Transformações Sociais e económicas na cidade da Guarda com a instalação da luz elétrica

Paula Amaro, Décio R. Martins

pág. 477

Indústria têxtil: expor Guimarães ao mundo desde o século XIX

Paula R. Nogueira, Décio R. Martins, Carlos Fiolhais, Gilberto Santos

pág. 507

Guimarães, cidade industrial? Entre a memória e o esquecimento

Paula R. Nogueira, Décio R. Martins, Carlos Fiolhais, Gilberto Santos

pág. 527

Consequências da Revolução Industrial na cidade de Guimarães

Paula R. Nogueira, Décio R. Martins, Carlos Fiolhais, Gilberto Santos

pág. 553

¿De ciudad fluctuante a ciudad estable? Transformaciones y continuidades en los comportamientos residenciales en Madrid durante el primer tercio del siglo xx

Santiago de Miguel Salanova

pág. 585

El Mercado Municipal de la Praça 1º de Maio de Évora: Pasado, presente y ¿futuro?

Sheila Palomares Alarcón

Políticas higienistas e de saúde pública e o seu impacto na vida económica da cidade do Porto: 1930-60

Maria da Luz Sampaio

IHC – Instituto de história Contemporânea da FCSH / UNL

CIDEHUS – Universidade de Évora

mluzsampaio@gmail.com

Resumo

Desde a segunda metade do século XIX que as preocupações higienistas se refletiam nas políticas de saúde pública em Portugal. Figura determinante foi Ricardo Jorge que lançou os Serviços Municipais de Saúde e Higiene da Cidade do Porto, desde 1892 (Alves, 2008). Alguns anos mais tarde, a legislação que orientava os serviços de saúde pública em Portugal era o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública de 24 de Dezembro de 1901, marcando a regular intervenção do Estado na defesa da saúde pública das populações (Costa, 2010).

Com o Estado Novo entramos num novo ciclo, sendo lançados instrumentos reguladores das políticas de saúde pública, em especial, com o novo Código Administrativo, de 1936 e, mais tarde, com o de 1940 (Dias da Silva, 2012). Este no seu artigo 95º previa o funcionamento de uma Comissão Municipal de Higiene em cada concelho, constituída pelo vereador do pelouro da saúde pública, que seria o presidente, pelo inspetor ou delegado de saúde, pelo veterinário e pelo engenheiro municipal. Deste modo, o Estado definia as competências dos municípios nas políticas higienistas e de saúde pública, obrigando-os ao lançamento de um conjunto de posturas municipais reguladoras das atividades económicas e da habitação.

Neste artigo pretendemos analisar o papel da Comissão Municipal de Higiene na cidade do Porto, ao longo dos anos de 1930 e 60, período em que a cidade se debateu com uma crescente complexidade do seu espaço urbano, por via do crescimento populacional que se concentrava em “ilhas” ou bairros sociais e que se estendia desde as freguesias mais centrais até às mais periféricas: Massarelos, Lordelo do Ouro, ou Campanhã. Para fazer face aos novos fenómenos urbanos, o município, desde 1930/40 aposta numa política de habitação social que definirá novos traçados e aglomerados habitacionais, conferindo novos horizontes à cidade inseridos num plano de melhoramentos apoiado pelo Estado.

Por esse facto, as Comissões de Higiene cujos membros eram designados pelo município, apesar de terem uma função meramente consultiva, emitiam pareceres sobre assuntos muito distintos como a venda de leite, pão, do pescado, insurgiam-se contra a construção de “ilhas”, propunham novos regulamentos sobre as obras particulares e o peso dos seus pareceres dependia da acuidade e prestígio dos seus elementos. Partindo da análise das Atas da Comissão Municipal de Higiene da cidade Porto, realizaremos um diagnóstico das principais preocupações e áreas de intervenção social e de saúde pública e a sua articulação com os principais projetos municipais.

Palavras chave – Higiene, saúde pública, salubridade, projetos municipais

1. Introdução às políticas higienistas e de saúde pública

Os impactos das novas ideias e dos progressos tecnológicos vão fomentar o desenvolvimento industrial dos principais centros urbanos, que a ritmos diferentes e enquadrados pelas políticas nacionais levaram por diante os investimentos mais estruturantes, implementando ou incrementando a produção industrial e a circulação de produtos em novos mercados.

A mobilidade da população do campo para cidade, à procura de novas oportunidades e de melhoria de vida foi uma realidade nos principais centros urbanos. Em Portugal, e tendo por base os Censos da população realizados entre 1864 e 1968, podemos verificar que a população total do país aumentou 29%, enquanto a população urbana cresceu 75%. No Porto, a população quase que duplicou entre 1878 e 1890. (Teixeira; 1995: 93). A mesma fonte apresenta em 1925 um total de 215 625 habitantes e, destes 39 635 trabalham na indústria transformadora. Em 1930, a população no Porto já atingiu o valor de 232 178 habitantes e 27 213 estão alocados à indústria transformadora¹. Em 1940, os dados do INE apontam-nos um total de 262.309 habitantes e 179.996 pertencem ao grupo da população ativa. Apesar de se registar um aumento da população das freguesias periferias, como Ramalde, Aldoar, Massarelos, Bonfim, Campanhã, os valores dos Censos demonstram que o centro da cidade continua a atrair população.

¹ Indústria transformadora engloba a indústria têxtil, vestuário e calçado, madeira e mobiliário, metalúrgica, cerâmica, produtos químicos, construção civil, entre outras.

Figura 1. Evolução da população na cidade do Porto ao longo de 1925 a 1960.

Evolução da População: 1925-1960	
Anos	População (cidade)
1925	215 625
1930	232 178
1940	258 548
1950	281 406
1960	303 424

Fonte: INE - A Cidade do Porto: Súmula Estatística 1864 -1968. INE, janeiro 1971.

O aumento da população nas cidades obriga a confluir para esta um número de alimentos, mas também a um maior controle dos produtos consumidos e à criação de novos mercados, matadouros, frigoríficos. As novas dinâmicas populacionais trouxeram consigo outros problemas: construção de novos aglomerados populacionais, (muitos clandestinos), formação de grupos sociais carenciados que são vítimas da exclusão social, da falta de educação, da falta de saúde e de condições de salubridade. Fazer face a estes fenómenos nunca foi tarefa fácil, sobretudo, quando implicam mudanças comportamentais e, ainda sólidos processos reguladores por parte do poder central e local. Os movimentos da população, os processos de industrialização e o desenvolvimento urbanístico colocou sobre as agendas a necessidade de implementar políticas sociais, e no centro destas, estava a saúde pública.

No século XIX, o surgimento na Europa dos princípios higienistas veio estimular o envolvimento do poder político nas questões da medicina preventiva. O Estado tinha de defender a sociedade, para tal era “necessário despertar para os problemas da higiene e saúde pública, entendidos como um problema de natureza social, reforçando a influência e autoridade dos médicos nesta matéria”. (Costa; 2012: 103).

Em Portugal, as políticas de saúde pública remontam ao século XVII, porém foi, com Passos Manuel, em pleno contexto da revolução liberal e da sua reorganização política que foi lançada a primeira Lei que organiza e regulamenta a saúde pública, criando mecanismos para fazer face aos flagelos da cólera e da “peste negra”. Este ministro criou o Conselho de Saúde Pública, cuja competência era fiscalizar tudo o que respeitasse aos diversos ramos de saúde: “Educação física dos habitantes; Prática de Medicina, Cirurgia e Farmácia; Polícia Médica”. (Viegas et al; 2006: 9).

Paralelamente, e desde a entrada em vigor da Constituição de 1822, que o Código administrativo no seu artigo 223.º, atribuía às “Câmaras Municipais: fazer posturas ou leis municipais; promover a agricultura, o comércio, a indústria, a saúde pública; estabelecer

feiras e mercados; cuidar das escolas de primeiras letras e dos hospitais; tratar das obras particulares dos concelhos e do reparo das públicas; repartir a contribuição direta pelos moradores do concelho”. (Dias, 2012: 68). O poder municipal ganhava assim uma nova configuração e capacidade de intervenção.

A atividade do município, neste ponto, faz-se sentir pelo lançamento de posturas municipais, pela sua ação fiscalizadora, em especial, no campo da saúde, pretendendo contrariar costumes e hábitos da população e promover novas práticas e atitudes junto da população, por outro lado, estas eram a resposta que os governos encontravam para os surtos epidémicos de causadoras de mortalidade e penúria. A fundamentar esta afirmação, verifica-se, que de facto a reorganização dos serviços de saúde e higiene só foi considerada uma medida urgente e fundamental quando Ricardo Jorge, descobre na cidade do Porto o surto da peste bubónica de 1897, flagelo que marcou as populações e colocou os governos perante a necessidade de formular uma consistente política sanitária. Esta realidade, permitiu aprovar a Reforma da Organização Superior dos Serviços de Saúde, Higiene e Beneficência Pública, no dia 4 de Outubro de 1899, Decreto assinado por José Luciano de Castro, sendo criada, a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, dividida em duas Repartições, competindo a cada uma delas as atribuições que naqueles assuntos pertenciam, ao tempo, à Direcção-Geral de Administração Política e Civil. Os autores que tem estudado os fenómenos associados com a saúde, (David, 1992), (Costa, 2012), (Viegas, et 2006) apontam, que a partir da 2ª metade do século XIX, o *higienismo* e a medicina se tornavam alicerces de uma sociedade que fazia da saúde pública um assunto da responsabilidade do Estado. Faltava apenas que o investimento governamental em saúde pública o acompanhasse.

Neste contexto, o papel de Ricardo Jorge foi fundamental uma vez que, em 1899 alerta para a necessidade da implementação de políticas de sanidade pública, princípios que nortearam a redação do Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, publicado em 1901, e que lançou as “bases do que se pode chamar o moderno sanitarismo considerado necessário ao País, sendo então, definidas e discriminadas minuciosamente as atribuições dos funcionários sanitários, das autoridades administrativas e eclesiásticas em relação aos assuntos de saúde pública”. (Viegas et al, 2006: 25). Este Diploma especifica as funções do serviço de saúde referindo:

“vigiar e estudar quanto diz respeito “à sanidade publica, à hygiene social e à vida physica da população, promovendo as condições da sua melhoria, e abrangem a defesa contra a invasão das moléstias exotico-pestilenciaes, a estatística demographico-sanitaria, a prevenção e combate das molestias inficiosas, a salubridade dos logares e habitações, a inspecção das substancias alimenticias, a hygiene da industria e do trabalho, a policia

mortuaria, o exercício medico-profissional e quaesquer outras applicações da hygiene publica”. (Diário do Governo, n.º 292, de 26 de Dezembro de 1901: 1037).

Em 1903 é promulgado o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas e inicia-se um inquérito sobre a salubridade nas principais localidades do país (aquelas que possuísem mais de 5000 habitantes). Em 1905, na cidade do Porto publica-se um novo código de posturas municipais que determinava que a licença de construção ou reconstrução de imóveis carecia de parecer prévio da delegação distrital do Conselho de Melhoramentos Sanitários. (Matos; 1994: 677). Na sequência desta atividade legislativa, a 9 de Fevereiro de 1911 por decreto de António José de Almeida, Ministro do Interior, é extinta a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e, em seu lugar, é criada a Direcção-Geral de Saúde, que passa a ter a seu cargo a resolução e o expediente dos serviços de saúde pública, sendo os serviços de beneficência integrados na Direcção-Geral de Administração Política e Civil. É igualmente extinto o lugar de Inspetor-Geral dos Serviços Sanitários, passando o respetivo funcionário a ocupar o cargo de Diretor-Geral de Saúde. (Diário do Governo n.º 33, de 10 de Fevereiro de 1911: 118-119)

Após a implantação da República e já no período sidonista², será publicado o Decreto-lei 4351, de 6 de junho de 1918, que atribui ao Secretário de Estado do Trabalho a competência para conceder alvarás de licença para as explorações industriais, classificando-as em três classes: as indústrias insalubres, incómodas, perigosas e tóxicas.

Este decreto serviu de base à regulamentação publicada pelo Decreto 8364, de 25 de Agosto de 1922, que virá a lançar as bases para a intervenção do Estado nas condições de salubridade e segurança dos estabelecimentos industriais até ano de 1966. O impacto destas alterações concretizou-se com a aprovação, de um *Regulamento de Higiene, Salubridade e Segurança dos Estabelecimentos Industriais*, em conjunto com o *Regulamento das Indústrias Insalubres, Incómodas, Perigosas ou Tóxicas*. (Diário do Governo n.º 122, Série I, 04-06-191:pp.862-864).

Apesar da atividade legislativa procurar estabelecer novas práticas de combate à insalubridade, à insegurança...os dados relativos às habitações operárias nas primeiras décadas continuam a demonstrar que, em 1909 o número de ilhas (bairros operários) no Porto tinha aumentado, e em 1929, havia 1.301 ilhas que totalizavam 14. 676 fogos e estima-se que 50.000 habitantes viviam nestes bairros (Teixeira, 1996). Mas será com o Plano de Melhoramentos de 1956-66 que serão construídos treze bairros modernistas,

² Governo de Sidónio Pais, período denominado de Sidonismo: 11 de dezembro de 1917 a Dezembro de 1918.

bem como ocorre a demolição de muitas ilhas do centro da cidade. “Este processo deslocou para a periferia cerca de um quinto do total de moradores das ‘ilhas’ do Porto de meados de XX, num processo doloroso de desenraizamento de populações que se viram atiradas para longe do centro, onde tinham os seus afetos e os seus mapas mentais quotidianos estabelecidos, resolvendo problemas de salubridade e melhorando o conforto, mas criando problemas sociais, desagregações e quebra de laços entre vizinho”. (Pinto, 2016:15).

2. A higiene e a saúde pública: preocupações do poder local

Os graves problemas higiénicos e sanitários serão uma preocupação constante para os poderes autárquicos. Logo nos inícios do século XX, o fornecimento de água potável e a instalação de uma rede de saneamento básico constituía uma das grandes necessidades para os centros urbanos em expansão. No Porto, já em 1896, o próprio Ricardo Jorge, enquanto médico municipal e chefe da repartição de higiene, elaborou um projeto de saneamento para a cidade. Por sua vez, a Câmara Municipal do Porto, ainda antes da Bubónica de 1899, procurou encontrar uma solução eficaz e contratou a empresa inglesa Hugues & Lancaster para iniciar o primeiro traçado de saneamento. A primeira fase da obra abrangia, apenas, a linha da marginal desde a zona da ribeira, Massarelos e Lordelo do Ouro, e culminou com a construção da Central das Sobreiras, data de 1903 a 1907, integrando a atualmente ETAR, das Águas do Porto, SA. (Pastor; 2010:38). A rede de saneamento teve várias fases de expansão que não serão alvo aqui de estudo, porém, apenas sublinhamos que esta infraestrutura foi de grande relevância para higiene pública, mas dependeu, ao longo de décadas de investimentos públicos e de ações municipais articuladas e permanentes no território urbano.

A partir de 1930, com o Estado Novo entramos num novo ciclo, sendo lançados instrumentos reguladores das políticas de saúde pública, que serão reforçadas com o novo Código Administrativo, de 1936 e, mais tarde, com o de 1940, que no seu artigo 95º previa o funcionamento de uma Comissão Municipal de Higiene em cada Concelho, constituída pelo vereador do pelouro da saúde pública, que seria o presidente, pelo inspetor ou delegado de saúde, pelo veterinário e pelo engenheiro municipal. (Código Administrativo ,D.L. 31095 31 dez.1940, art. 111ª . Disponível <http://viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/cadministrativo1940.pdf>)

Deste modo, o Estado definia as competências dos municípios nas políticas higienistas e de saúde pública, obrigando-os ao lançamento de um conjunto de posturas municipais reguladoras das atividades económicas e da habitação.

Eram competências da Comissão Municipal de Higiene:

- Dar parecer sobre todos os projetos de posturas e regulamentos sanitários, os quais não poderiam ser aprovados sem o seu voto favorável.
- Dar parecer sobre todas as questões de salubridade pública, a respeito das quais fosse consultada pela câmara ou pelo seu presidente.
- Sugerir à câmara, ou ao seu presidente, todas as medidas que entendesse oportunas e convenientes ao perfeito exercício das respetivas atribuições sanitárias.
- Coadjuvar o presidente da Câmara na execução de deliberações ou decisões tomadas em matéria sanitária, quando lhe fosse determinado. (Idem, 1940, art. 112º).

3. Da Junta Urbana de Higiene até à Comissão municipal de Higiene (1929- 1951)

Desde 1929 que o Porto, possuía em funções uma Junta Urbana de Higiene, que reunia regularmente, exercendo a sua ação fiscalizadora.³ Era seu Presidente Raul Andrade Peres que acumulava desde 7 de Julho de 1926 com as funções de Presidente da Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal do Porto⁴. A higiene pública procurava atuar sobre todo os aspetos que proporcionassem uma melhoria significativa da rede de abastecimento de água cidade, no saneamento, na limpeza pública, na pavimentação das ruas, na habitação social, no regular funcionamento de equipamentos municipais como o matadouro e o entreposto do peixe.

Estas preocupações estão espelhadas nas Atas da Junta Urbana de Higiene. Na primeira Ata de 1929, dirigida ao Diretor Geral dos Serviços Pecuários, refere-se que “existem os abusos criminosos e perigosos para a saúde pública e exige uma fiscalização, não só do leite, mas dos seus estabelecimentos”, solicitando que “os inspectores Sanitários possam ir aos concelhos fazer a inspecção dos animais e dos respectivos estábulos”. (Ata de novembro de 1929, Junta Urbana de Higiene, 9 de junho, p.1.). Em novembro de 1929, o Presidente convoca para uma reunião, os membros da Junta: o Dr. José da Silva Ferreira Mendes, o Sr. José Marques, o Eng^o Avelino Joaquim Monteiro de Andrade, o Tenente-Coronel, Dr. Augusto Sousa, o Eng^o António Pinto de Miranda Guedes, o Tenente Dario Tamagão, para tratarem do Regulamento dos talhos. (Atas Junta Urbana de Higiene, 1930).

³ O funcionamento desta Comissão era sustentada e definida ao abrigo do artigo 2º do artigo 1º do Decreto nº 16130, com força de lei de 9 de Novembro de 1928.

⁴ Raul de Andrade Peres (1887- 1961), Presidente da Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal do Porto de 7 de Julho de 1926 a 28 de Fevereiro de 1930. Oficial do exército. “A 7 de Julho de 1926, na sequência do Movimento de 28 de Maio de 1926, (...) em virtude da rescisão de Alfredo Mendes de Magalhães. A higiene pública ligada a uma melhoria significativa da rede de abastecimento de água à cidade, o saneamento, a limpeza pública, o matadouro e o entreposto do peixe, a pavimentação das ruas (...), a melhoria da assistência social, constituíram os principais sectores em que se fez sentir a acção municipal durante os anos em que Andrade Peres esteve à frente da Câmara Municipal do Porto (Sousa, Fernando (Coord.) (2009) Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009), II Volume. Porto: CEPESE).

A 3 janeiro de 1931, o Presidente da Junta Urbana de Higiene (JUH), Raul Peres, em ofício ao Presidente da Câmara refere que lhe compete a resolução de vários problemas que implicam a salubridade da população citadina, e dá conhecimento das medidas que foram aprovadas para solucionar alguns daqueles problemas, como são: alterações e adições ao “Regulamento das Obras Particulares”, ligações à rede de abastecimento de águas, alteração ao “Regulamento de Salubridade das Edificações urbanas” e beneficiação dos prédios despejados”. (Ofício do Presidente da Junta Urbana de Higiene de 3 de Janeiro de 1931 :23).

Em Fevereiro de 1931 ocupa a presidência da JUH, Augusto de Sousa Rosa⁵ e nesta data realiza um ofício ao Ministério do Interior, referindo que, “tem conhecimento, que a Câmara Municipal enviou já a V. Exa, três projetos, para serem convertidos em lei, destinados a melhorar as condições de sanidade habitacional, e em geral, a higiene da população desta cidade”. (Ofício do presidente da JUH, 12 de fevereiro de 1931 :24 -25).

A 17 de Novembro de 1933, o vice-presidente convoca novamente os membros da Junta para a análise dos projetos de construção de casas económicas, em especial, para a apreciação das diferentes classes e tipos de construção, atendendo à questão económica, higiénica e social, são eles:: Eng. António Pinto Miranda Guedes ao Inspector de Saúde Pública, Eng. Avelino Joaquim Monteiro Andrade, Dr. José Marques, Dr. Antero Antas.

Para enquadrar a atuação da Junta Urbana de Higiene, no Porto ao longo da década de 1930, é revelante referir que ocorreram profundas transformações no desenho da habitação económica, devido à intervenção do Estado Novo que lançou um “Programa de Casas Económicas” que visava a constituição de habitações independentes com condições adequadas de salubridade” (Ferreira, 2019: 53). Para o além da habitação social, o município teve ainda de intervir no abastecimento de produtos alimentares à cidade, pois o sucessivo aumento da população desde finais do século XIX, o desenvolvimento urbanístico da cidade, as alterações introduzidas pela industrialização, faziam proliferar todas as formas de comércio e venda ambulante, e estes traziam graves consequências para a saúde pública das populações. As décadas de 1930-50 são, contudo de afirmação do comércio fixo, como resposta às necessidades de salubridade e higiene dos postos de venda de produtos alimentares, com a renovação e criação de novos mercados, entre eles, o Mercado do Bom Sucesso (1949-1951) na região do Campo Alegre, a retirada das feiras para a periferia e a restrição da venda ambulante. Neste sendo, fomenta-se um “processo de proliferação dos estabelecimentos, de incremento da especialização, de modernização da imagem e método de venda que vão ao encontro de uma clientela maior e mais

⁵ Augusto de Sousa Rosa /1871-1939), Presidente da Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal do Porto de 28 de Fevereiro de 1930 a 08 de Junho de 1933. Coronel e médico, Colaborou na realização de obras importantes, na abertura de avenidas (...) na modernização e ajardinamento das avenidas Brasil e de Montevidéu, na Foz do Douro, (...) na construção do Frigorífico Municipal, no alargamento da rede de distribuição de água e da sua qualidade, (...) garantir a pureza da mesma através de análises laboratoriais. (SOSA, 2009: 467-468).

diversificada, onde uma parte dispõe de um poder de compra e exigência que propicia o refinamento e a inovação”. (Fernandes; 57).

4. O papel da Comissão Municipal de Higiene

A documentação alusiva ao funcionamento da Junta Urbana de Higiene do Porto termina a 6 de Abril de 1933, com um ofício dirigido ao Presidente da Câmara Municipal dando conta das ligações ao Saneamento do Porto e com “o envio de uma cópia da deliberação tomada pela Junta sobre o funcionamento da auto-cisterna que o Município louvavelmente acaba de adquirir, para exaustão das fossas”. (CMP/ AHMP, Ofício 6 de abril 1933 : 43). Após um hiato de 8 anos, em 1941 encontramos documentação relativa ao início da atividade da Comissão Municipal de Higiene, emitindo pareceres, emitindo Pareceres que se prologam até 1951. Ao longo dos anos, este órgão consultivo emitiu diferentes Pareceres,⁶ pronunciando-se sobre a vistoria de estabelecimentos comerciais, impulsionando posturas e regulamentos sobre a altura das chaminés, sobre a definição das características das casas de pasto, das tabernas-adeegas e restaurantes, o resguardo das linhas de água, a recolha de lixos, ou ainda sobre as exigências para a venda de pão, bolos e guloseimas devidamente embalados, entre muitos outros. Importa referir, que entre 1933 e 1942, durante o mandato José Alfredo Mendes de Magalhães, apesar de não existir qualquer Junta ou Comissão de Higiene, foram realizados e aprovados no Porto importantes obras no âmbito da habitação social, através de “programas de construção de casas de um ou dois pisos, habitações unifamiliares (...) e destinadas a servidores (...) a determinados grupos sociais”.(Sousa, 2009: 489-481). Estão neste caso os bairros de São Roque, do Ilhéu, de Paranhos, de Costa Cabral, de Ramalde, etc.. e ainda a construção de habitações para carenciados, como os bairros da Triana, do Viso, do Monte Pedral e de Rebordões (Sousa, 2009: 480 - 481).

5. Saúde pública no Porto: o Matadouro, o Entreposto do Peixe e a Central Leiteira

No Porto, os trabalhos da Comissão Municipal de Higiene abrem sob a presidência de João Espregueira Mendes⁷, médico, professor universitário, deputado pelo partido republicano e entre as várias realizações do seu mandato destacam-se a conclusão das obras de saneamento da cidade, a compra do Palácio de Cristal e a construção do «Abrigo

⁶ Nos anos de 1945, 1946 e 1947 emitiram, respetivamente 21, 9 e 17 Pareceres. Entre os anos de 1948 a 1951 a CMH emite um total de 48 pareceres.

⁷ João de Espregueira Mendes, (1900-1962) que assume a presidência da Câmara Municipal do Porto de 08 de Junho de 1933 a 23 de Maio de 1936) sucede a José Alfredo Mendes de Magalhães (1870-1957). Médico ortopedista, foi Diretor da Maternidade Júlio Dinis, e assumiu a presidência da Câmara, desde a exoneração do Professor Mendes Correia. Na reunião de 8 de Outubro de 1942 foram aprovados pela vereação importantes projetos, como a via rápida entre a Arrábida e a Circunvalação, a via industrial, ligando o Porto a Leixões e a urbanização da zona industrial de Ramalde. (SOUSA, 2009).

dos Pequeninos» para 120 crianças pobres do Bairro das Fontainhas. (Sousa, 2009). No cômputo geral, as grandes linhas de intervenção desta Comissão foram a habitação social, as condições de habitabilidade e, sobretudo, regulamentar o funcionamento do Matadouro Municipal e do Entrepasto do Peixe e da Central Leiteira do Porto.

Em 1945, já sob a presidência de Jorge de Viterbo, a Comissão emite o Parecer nº 4/45, que constitui uma resposta ao ofício nº 276/45 enviado pelo Grémio Concelhio dos Comerciantes de Carnes do Porto (CMP/AHMP/CMH, Parecer Nº4/45 de 6 de junho de 1945). Nele, refere que vai tomar as providências necessárias para não permitir que as instalações do Matadouro Municipal sejam utilizadas para outros fins, nem permitirá a venda ambulante de carneiros vivos ou mortos nas ruas da cidade. Por fim, sublinha que “vai proceder imediatamente as reparações que forem julgadas necessárias para o regular funcionamento do frigorífico e do matadouro municipal (...) e uma beneficiação geral do edifício, pois o mesmo encontra-se em deficiente estado de conservação” (Parecer nº 4 /45 de 6 de Junho de 1945).

O novo Matadouro Municipal construído a partir de 1926 e inaugurado em 1933, junto da Praça da Corujeira, na zona oriental da cidade, foi um dos importantes investimentos do município, constituindo uma estrutura fundamental para o abastecimento de carne à cidade. Contemporâneo do Matadouro, foi construído entre 1934 e 1937, na freguesia de Massarelos, o Entrepasto e Frigorífico do Peixe ou Bolsa do Pescado projeto do arquiteto Januário Godinho e do engenheiro Correia de Araújo e que possuía a área de lota, salas frigoríficas, salas de preparação e escolha de peixe e cais de descarga do pescado. A sua construção criava um novo espaço para a receção e comercialização do peixe com novas e mais modernas instalações, equipadas com frigoríficos, dando assim resposta às realizações comerciais entre os armadores e os comerciantes do peixe, “tornando mais fáceis as inspeções veterinárias aos alimentos, e permitindo à CMP centralizar a fiscalização e a comercialização, num só local, de todo o pescado destinado a abastecer a cidade”. (Ferreira, 2010:86).

O funcionamento destes equipamentos municipais carecia de regulamentos que permitissem o controlo sanitário da carne e do peixe vendido e distribuído à cidade. A Comissão de Higiene durante 1940-51 assumiria, aqui um papel arbitral, produzindo com regularidade, alterações aos regulamentos destes dois equipamentos. Jorge de Viterbo Ferreira que assumiu a presidência da Câmara Municipal de 15 de Setembro de 1944 a 08 de Março de 1945 e também a presidência da Comissão Municipal de Higiene, vai assinar o Parecer nº3/43 (...) que devem ser introduzidas normas no Matadouro, nomeadamente, tornar obrigatória a inspeção de toda a carne destinada ao consumo público seja qual for a espécie animal (CMP/AHMP/CMH, 1945, P.nº 3/43), e pretende aumentar nos procedimentos do Matadouro para “14 o número de preparações para cada

animal (...) pois o animal pode estar infectado sem contudo apresentar indícios dessa infecção na região em que se fizer o corte para observações”. (Idem, 1945, P nº3/43). Mas se o município deseja criar novos e seguros procedimentos no tratamento das reses e na inspeção das carnes, por outro lado persiste, ainda na cidade e concelhos limítrofes, a matança e venda de carnes fora do matadouro, tal como se espelha noutros pareceres, onde a CMH sublinha que “não pode deixar de reconhecer a necessidade de se procurar vencer as dificuldades que se opõem à matança de todas as reses no Matadouro” (CMP/AHMP/CMH, 1945, p.nº10/45). Relativamente, à intervenção da Comissão Municipal de Higiene sobre o funcionamento do Entreposto de Peixe esta procurará melhorar o funcionamento deste novo equipamento, dotando-o de um regulamento que assegure as melhores condições de armazenamento e venda do pescado. Assim, já em 1943, a Comissão estende a inspeção sanitária, não só ao peixe, mas a todos os “crustáceos e moluscos” pretendendo substituir a palavra “peixe” por “pescado”. (CMP/AHMP/CMH, 1943: P.nº2/43). Seguem-se novos pareceres, que vêm condenar a venda ambulante de peixe, por falta de qualquer garantia sob o ponto de vista higiénico e sanitário, e afirmam ainda que “convém aumentar consideravelmente o número de peixarias na cidade, distribuídas racionalmente pelas diferentes zonas, em condições higiénicas e sob fiscalização periódica das autoridades sanitárias.” (CMP/AHMP/CMH, Parecer nº6/45, 30 de agosto de 1954).

Outro projeto sobre o qual a CMH se pronunciou, foi a criação de uma Central Leiteira no Porto com sistema de pasteurização. Desde 1938 que o Estado vinha tentando regular o setor, para tal publicou o Decreto-lei n.º 28974, de 29.8.1938, e nele é definido o conceito de “leite alimentar” e os tipos de leite que nele se enquadram, bem como estabelece normas para a colheita de leite, organização de centrais pasteurizadoras ou centrais leiteiras, que receberiam o leite destinado a consumo público e seriam controladas por veterinários ou médicos e equipadas com laboratórios de análise. (Alves, 2016). “As câmaras Municipais ficaram responsáveis pela instalação destas centrais leiteiras que venderiam leite não pasteurizado e teriam uma área específica de abastecimento. As Câmaras de Lisboa e Porto ficavam incumbidas da construção das respectivas centrais e postos de receção, podendo contrair empréstimos para o efeito na Caixa Geral de Depósitos. A construção de outras centrais e/ou a sua exploração industrial poderia ser objeto de concessão”. (Alves, 2016 : 70). Tratava-se de regular o abastecimento de leite às cidades, que apresentava deficiências ao nível do respeito pelas normas de sanidade e higiene dos animais e dos estábulos, bem como, com na montagem e no funcionamento de estabelecimentos de preparação de venda de leite (Decreto lei 36.973). A questão aparece-nos referida no Parecer 4/46 quando a Firma de Lacticínios da Estremadura e a Leitaria da Quinta do Paço apresentam à CMH um esquema para a resolução do fornecimento do leite à cidade. A este propósito, recordamos que o engenheiro Furtado Mendonça, proprietário da Leitaria Quinta do Paço, no I Congresso da União Nacional, em 1934, realiza uma intervenção sobre

“A organização corporativa da produção, indústria e comércio dos laticínios”, onde defende a intervenção dos municípios, solicita a organização corporativa, bem como a regulamentação, fiscalização e uma “campanha do leite”, entre outras medidas.(Alves, 2016: 65).

A Comissão Municipal de Higiene aprecia as propostas enviadas, mas considera que é necessário garantir o abastecimento público do leite com as devidas condições higiénicas e físico-químicas, e sublinha a necessidade da Câmara proceder à execução do disposto no artigo 38º do Decreto lei nº 28.974, de 29 de Agosto de 1938, que refere que estas centrais devem ser criados nos meios urbanos, envolver os municípios e a cooperativas produtoras. O abastecimento do leite à cidade e a instalação de uma Central Pasteurizadora era uma matéria importante para o município, tanto mais, que através da Ordem de Serviço n. 249/46, o presidente encarregou Amadeu Eduardo de Campos Paiva e João de Brito e Cunha de colher elementos em Espanha, Suíça, Holanda e Inglaterra sobre a instalação de uma Central Leiteira e dos Serviços de aproveitamento do leite, e neste âmbito foi elaborado um detalhado Relatório em Março de 1947. (Civitas, 1947:149). No seguimento destas diligências, assim como outros pareceres que foram produzidos, demonstram como município pretendia avançar com este projeto e escolher um concessionário que melhores garantias oferecesse neste serviço, e a 2 de Junho de 1947, emite um Parecer referindo que já tomou conhecimento do relatório sobre o Abastecimento e Higienização do Leite, e concorda com as conclusões finais, sugerindo, ainda, a necessidade de uma resolução urgente por parte da Câmara. (Parecer nº1/47, 10 de Fevereiro de 1947). A 29 de Junho de 1948, a Comissão Municipal reúne sob a presidência do Dr. Francisco Coimbra⁸ estando presentes os vogais: o Intendente da pecuária do Porto, Dr. Joaquim Correia da Costa, o Delegado de Saúde, Eduardo Torre, o Eng. Agrónomo Mário Kol de Alvarenga, o chefe da 1ª Circunscrição industrial, tendo faltado o Diretor dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara e o advogado síndico. A ordem de trabalhos é dedicada à concessão da Central Leiteira do Porto. A votação divide-se e seguem-se novas reuniões para discutir o modelo de exploração e funcionamento desta Central, tanto mais, que o Grémio da Lavoura dos Concelhos da Feira e de São João da Madeira, deseja ser ouvido neste problema, pois “grande parte dos produtores de leite da sua região vendem diretamente o leite para a cidade do Porto”. (Ofício Grémio da Lavoura, de 17 de Setembro de 1948). O presidente da Comissão remete para a Câmara uma resposta ao ofício do Grémio e o assunto continuará a ser debatido nas reuniões seguintes. A 29 de Julho realiza-se uma reunião extraordinária da CMH sob a presidência do Doutor Francisco Coimbra, (vereador da Câmara) e os respetivos vogais, sendo uma vez mais discutida a instalação da Central Leiteira. Os

⁸ Vereador e presidente interino da Câmara municipal do Porto (SOUSA, 2009).

presentes concordam na necessidade que esta Central seja o mais depressa possível instalada ao abrigo do Decreto nº 36.974 de 17/7/1948. (Ata da reunião extraordinária da CMH em 29 de Julho de 1948). Na procura de soluções a Comissão, convoca uma reunião para 26 de Agosto de 1948, presidida pelo Presidente da Câmara, o Prof. Luís José de Pina Guimarães⁹ onde foi apresentada a necessidade de criar uma Sociedade para exploração da Central Pasteurizadora, mas os membros presentes pronunciaram-se contra a participação da Câmara na construção e exploração da dita Central, alegando a necessidade de ouvir os representantes do Grémio da Lavoura, defendendo que estes devem fazer parte da Sociedade. Neste ponto, o Presidente veio declarar que “já há 2 anos contraíra um empréstimo de 10.000 Contos com o objetivo da construção da Central, importância necessária para a 1ª fase da Construção”. (Ata da reunião de 26 de Agosto de 1948 da CMH). A 28 de setembro de 1948 a empresa AVANÇO – Sociedade Portuguesa de Comércio, representante da Firma A.P.V. Company London envia um ofício apresentando “os serviços da mais antiga firma constructora de instalações de Pasteurização de leite, solicitando ainda à Comissão informações sobre o plano de instalação da Central Leiteira do Porto” (Ofício de AVANÇO, de 28 de setembro de 1948). Na sequência do ofício, será recebido no Porto o Sr. Henry J. Lawless e Matthews da respetiva Firma A.P.V. Company LTD /London.

As diligências do município, nos meses seguintes, vão no sentido de dar resposta à publicação do Decreto 36.973 de 17 de julho de 1948 que regula o regime de exploração das Centrais Pasteurizadoras de Leite, promulgadas pelo Ministério da Economia e cujas disposições obrigam à construção de uma Central Leiteira, tarefa que será coadjuvada com a Comissão Municipal de Higiene (Boletim da Câmara Municipal do Porto, nº644, 14 de Agosto de 1948). O diploma enquadra-se. Esta entidade tinha a função de disciplinar os organismos da produção e comércio do leite alimentar, elaborar contratos entre cooperativas de produtores e entidades que explorem centrais pasteurizadas e leiteiras. “Às câmaras municipais cabia o direito de instalar as referidas centrais, cuja exploração seria feita por concessão e em regime de exclusivo a sociedades comerciais, que seriam integradas pelas câmaras, com reserva de 30% para as cooperativas ou uniões de cooperativas de produtores de leite, bem como por entidades até então encarregadas da distribuição”. (Alves, 2016: 85). Neste processo, e amontante cabia aos Grémios de Lavoura promover a constituição de cooperativas produtoras de leite e participar nestas sociedades. (Alves, 2016).

⁹ Luís José de Pina Guimarães, será presidente da Câmara municipal do Porto de 08 de março de 1945 a 08 de Novembro de 1949. Médico, professor universitário, Procurador à Câmara Corporativa, primeiro Diretor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Durante o seu mandato foi executado o plano de urbanização das Antas, o mercado do Anjo foi transferido para a Cordoaria (...) e o problema da habitação continuou a preocupar a Câmara de Luís de Pina, que se confessou impotente para acudir às necessidades de numerosas famílias pobres que viviam em locais insalubres. Apesar dos poucos recursos financeiros ad Câmara, foi concluída a construção de 93 casas para pobres na Corujeira, o bairro de S. Vicente de Paulo. O aparecimento de novos bairros obrigou à instalação de serviços de apoio social e religioso às famílias entretanto deslocadas. (Sousa, 2009: 508).

Desde 1944, que assistimos a uma reorganização do sector dos laticínios com a aprovação de múltiplos alvarás para cooperativas anexas aos Grémios, muitas delas vocacionadas já só para o leite (ALVES; 2016: 102). Na região norte, em 1949, formou-se a União de Cooperativas de Produtores de Leite do Norte Litoral que, em 1957, se passou a designar de União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho, que incluía a Cooperativa Agrícola de Laticínios da Ribeira do Neiva, SCARL, a Cooperativa Agrícola Leiteira do Concelho de Póvoa de Varzim, SCARL e a Cooperativa Agrícola Leiteira do Concelho de Vila do Conde, SCARL e, em 1985, nasce a AGROS – União das Cooperativas dos Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.¹⁰

Assistimos, ainda a uma sucessão de diplomas desde 1948 demonstrando a necessidade de esclarecer o sistema cooperativo, em particular, definir toda a estrutura organizativa desde a produção, pasteurização, e distribuição, atribuindo papéis aos interlocutores: municípios, produtores de leite, grémios de lavoura, cooperativas e industriais. Assim, o Decreto-Lei n.º 39178, de 20.4.1953, estabelecia, para todo o país, que a entrega de leite pelos produtores se faria em postos de recolha instalados e mantidos pelos grémios de lavoura ou cooperativas associadas, com áreas de influência a definir em função de vários requisitos. Alargava-se, assim, o modelo adotado para Lisboa na instalação, manutenção e exploração, sendo o leite vendido coletivamente, qualquer que fosse o seu destino posterior. Em Lisboa, em 1955, a Central Pasteurizadora entra em funcionamento e, em de 1958, a Câmara Municipal de Lisboa publica a Organização de Serviço desta Central.

No Porto, este processo apenas culminou com a aprovação de um projeto, para a criação dum posto de concentração do leite em Leça do Balio em janeiro de 1964. No cômputo final, o abastecimento de leite à região do Porto foi determinado por um acordo firmado em 1965, pelo qual “a Federação no ano de 1965, pelo qual “a Federação dos Grémios da Lavoura de Entre Douro e Minho passou a recolher o leite em toda a área (zona e sub-zona) e a abastecer os industriais com o leite excedente do consumo e que não pertencia aos sócios das cooperativas”, garantindo-se assim no Porto o leite pasteurizado engarrafado”. (Alves, 2016: 104). Neste processo a CMH, na dependência da Presidência do município, é um conselho que coloca em prática as diretrizes enunciadas pelo governo central (através dos diferentes e sucessivos diplomas) para a regulamentação do abastecimento à população de produtos como o leite, o peixe e a carne. No Porto, a Comissão Municipal de Higiene, apesar de nem sempre funcionar formalmente, demonstra ser um conselho que delibera sobre políticas higienistas e a sua expressão nos projetos a urbanos: construção de frigoríficos, mercados, matadouros e centrais leiteiras. Estas têm consequências diretas na saúde pública e na gestão de produtos alimentares de primeira necessidade.

¹⁰ Sobre assunto consultar site: <http://www.agribar.pt>

Considerações Finais

Presididas pelos Presidente de Câmara, quer a Junta Urbana de Higiene (1929-1933) quer a Comissão Municipal de Higiene do Porto (1941-1951), são órgãos consultivos do município com o objetivo de apoiar a instalação de novos equipamentos municipais, criar novas agendas de discussão e atuar em áreas particulares e sensíveis associadas com o desenvolvimento urbano e a saúde pública.

Estas comissões composta por vereadores, veterinários, médicos, delegados de saúde pública, tinham a competência de lançar e aperfeiçoar regulamentos, emitir pareceres, que mais tarde seriam validados nas reuniões de Câmara. Reunindo com alguma regularidade, participavam nestas comissões vereadores, técnicos e profissionais da saúde pública e das obras municipais, que analisavam o andamento destes equipamentos e criavam normas reguladoras. A sua ação ia de encontro com os novos projetos, enquadrados e emanados pelas políticas nacionais do Estado Novo que promoviam o intervencionismo e a organização corporativa nos diferentes sectores económicos, desde a lavoura, a indústria e todo o sistema de comercialização e distribuição de bens e produtos. Nas décadas de 1930 a 1950 as preocupações do município do Porto, centravam-se no desenvolvimento urbano, nas redes de água, no saneamento básico, na habitação social e nos equipamentos de abastecimento dos produtos alimentares à cidade e as novas Comissões constituíam um novo espaço, um novo conselho com o objetivo de conduzirem localmente as políticas higienistas e de saúde pública. Eles são a expressão de um poder municipal, cuja ação era conduzida pelas políticas económicas e sociais emanadas do governo.

Fontes

Arquivo Municipal Histórico do Porto / CMP/Pareceres e Correspondência da Comissão Municipal de Higiene - A PUB 150 22(3)

Arquivo Municipal Histórico do Porto/ CMP/Ofícios da Junta Urbana de Higiene, 1929-1931 - APUB 2217

Boletim da Câmara Municipal do Porto CMP - 1948 – 1964.

Código Administrativo, Decreto-lei nº 31095 de 31 de Dezembro de 1940, Artº 11, 112. Disponível em <http://viginti.datajuris.pt/pdfs/codigos/cadministrativo1940.pdf>

Decreto -Lei nº 36 973 de 17 de Julho de 1948.

Decreto-Lei n.º 39178, de 20 de abril de 1953.

Decreto -Lei nº 41 772 de 4 de Agosto de 1958.

Diário do Governo n.º 33, de 10 de Fevereiro de 1911, *Legislação Portuguesa, Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, pp. 118-119)

Diário do Governo, n.º 292, de 26 de Dezembro de 1901, *Legislação Portuguesa, Collecção Official de Legislação Portuguesa*, Anno de 1901, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 1037).

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (2016). A Fileira do Leite em Perspectiva História. In Alves, J. F. (org.) Leite e Lacticínios em Portugal: digressão Histórica. Porto.

BACELAR, Manuel Vaz Guedes de (1941) Entrepasto do Peixe e Frigorífico. Porto: Tipografia Universal.

CMP (1947). Estudo do Abastecimento e Higienização do Leite: Relatório de uma Missão ao estrangeiro. In *CIVITAS: Revista da Câmara Municipal do Porto*, Ano III, nº 1, 2 3 e 4, Porto/ CMP, pp.147 - 190

CORREIA, F. da Silva (1936). Portugal dans l'histoire de l'hygiène. in *III Congrès International d'Histoire des Sciences. Conférences et Communications*. Lisboa: 1936, p. 362.

COSTA, Rui Manuel (2012). Luta contra o cancro e oncologia em Portugal: Estruturação e normalização de um área científica (1839-1974). CITECEM/Edições Afrontamento.

DAVID, Henrique(1992). Alguns aspectos da mortalidade em finais do século XIX – as cidades do Porto e Lisboa. In *Revista da Faculdade de Letras*. Vol IX (1992). p. 269-294.

DIAS; Henriques da Silva (2012). Reformas Administrativas em Portugal desde o Século XIX in *JURISMAT*, Portimão, n.º 1, 2012, pp. 65-97.

- FERNANDES, José Alberto V. Rio (1993). Porto. Cidade e Comércio: uma abordagem geográfica, Porto: FAUP.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves, História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1990
- FERREIRA; Nuno Paulo Soares (2010). Entrepasto Frigorífico do Peixe em Massarelos: um dos ícones da arquitectura modernista portuense. Relatório de Estágio. FLUP, Porto
- INE (1971). A Cidade do Porto: Súmula Estatística 1864-1968. INE – Instituto nacional de Estatística.
- MATOS, Fátima Loureiro de (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. In *Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.0), 677-695.
- MENEZES, Francisco Magalhães (2012). O Antigo Matadouro Municipal do Porto Uma oportunidade para Reabilitação Urbana. Dissertação de Mestrado. Porto
- PASTOR, Bruno (2010). A primeira fase das obras do sistema de saneamento separado na cidade do Porto 1903 — 1907: O sistema Shone, In *Arqueologia Industrial*, 2010 (p.31-43).
- PINTO, Jorge Ricardo (2016). As Ilhas do Porto. In VÁSQUEZ, Isabel Breda, CONCEIÇÃO; P. (Coord) (2016). *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*. Porto CMP .
- RODRIGO; Ruiz, PALACIO, Cándido; Lis, Irene (1999). Higienismo, Educación Ambiental y Previsión Escolar: Antecedentes. [S.l.]: Publ. Universitat de Valencia.
- SOUSA, Fernando Coord. (2009). Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009), II Volume. Porto: CEPESSE.
- TEIXEIRA, M.C. (1996). Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian/JNCT
- VIEGAS; Valentino, FRADA, João, MIGUEL, José Pereira (2006). A Direcção-geral da saúde: Notas Históricas. Lisboa: Gradiva publicações